

# Partidos, idéias e candidatos

**Josaphat Marinho**

Propaga-se equívoco no País sobre a correlação entre ideologia ou idéias e os atuais políticos em atividade. Por alheamento da realidade, ou propositadamente, alude-se a partidos de esquerda e a partidos de direita, para considerar os primeiros como progressistas e alinhar os outros na categoria de reacionários. Na classificação artificiosa, quase sempre marcada por interesses eleitorais ou de ocasião, oculta-se a verdade, confundindo ou enganando a opinião coletiva.

Sem dúvida, direita e esquerda são vocábulos que na linguagem política indicam, respectivamente, a posição de forças conservadoras ou tradicionalistas e a de forças de transformação e mudança. Partido, grupo ou homem de esquerda, intelectual ou militante da política, qualquer deles é tido, no julgamento geral, como socialista ou de tendência socializante, vale dizer, favorável a reformas de profundidade. É certo que muitos hoje repelem ou desaconselham o uso de ambas as palavras, por não corresponderem mais à diversidade de posições ideológicas e de ação política e partidária. Em realidade, é difícil distinguir mesmo partidos que se proclamam democráticos, da democracia cristã ao trabalhismo e à socialdemocracia, na

variação de suas inclinações e práticas.

Essa controvérsia é muito ampla e complexa, porém, para ser desenvolvida num comentário de imprensa. Indiscutível é que, mantida a dualidade de esquerda e direita, a bipolaridade só se deve aplicar nos regimes em que os partidos tenham configuração definida, de idéias e de procedimentos, de adesão, ou não, aos reclamos de justiça social. Somente num quadro em que as agremiações sejam, de fato, de ação contínua e programática, e de relativa homogeneidade, se justifica tal divisão. É que partidos em retalhos, sem unidade nem diretriz nítida e uniforme, antes seguindo caminhos diferentes em cada estado, não têm porte orientador de pensamento e de atuação. Sem rosa-dos-ventos, navegam ao acaso, na oscilação das circunstâncias.

Ora, no Brasil, os partidos, em sentido geral, não são organismos vivos, de ação permanente, procedendo vinculados a uma doutrina ou a um programa, seguidos por todos os seus filiados. Embora a Constituição os declare de caráter nacional, só têm essa índole no sentido formal. Praticamente funcionam como organizações regionais, cujo prestígio varia com a força de seus líderes, ou por motivos ocasionais. Mesmo os partidos mais bem-estruturados e

orientados, sofrem o influxo maléfico de tendências entre si contrastantes. Daí a necessidade de reforma profunda, inclusive para disciplinar o sistema pluripartidário, evitando a formação de siglas inexpressivas. É imperiosa a presença de partidos representativos de legítimas correntes de opinião. Urge impedir a criação de fantasmas, existentes apenas para negócios eleitorais.

Enquanto não se opera essa transformação, dividir as agremiações entre direita e esquerda é maquinação para iludir o eleitorado. No momento, há homens de pensamento progressista em partidos liberais, como revelações típicas de conservadores, de representantes do capitalismo, e até de antigos aliados e beneficiários da ditadura militar, em agremiações ditas de renovação.

Diante disso, nas eleições municipais próximas, o cidadão há que escolher entre os candidatos, por sua competência demonstrada, pela coerência das forças que o apóiem e que mais possam servir à cidade e sua gente, com um programa sério e exequível. A ideologia misturada com oportunismo não pode ser fator de escolha acertada. Previna-se o povo contra a mistificação.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia